



JORNAL OFICIAL

Terça-feira, 30 de janeiro de 2024

III

Série

Número 20

Sumário

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA, MAR E PESCAS

Despacho Conjunto n.º 7/2024

Nomeia o licenciado em Biologia, Nuno Manuel Abreu de Gouveia, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Diretor Regional de Pescas e Mar, cargo de direção superior de 1.º grau.

Despacho Conjunto n.º 8/2024

Nomeia a licenciada em Biologia Marinha, Teresa Mafalda Gonçalves Jardim de Freitas Araújo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Subdiretora Regional de Pescas e Mar, cargo de direção superior de 2.º grau.

Despacho Conjunto n.º 9/2024

Nomeia a licenciada em Organização e Gestão de Empresas, Isabel Catarina Jesus Abreu Rodrigues, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Diretora Regional de Economia, cargo de direção superior de 1.º grau.

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

Aviso n.º 42/2024

Abertura de procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão do Ambiente e Investigação, da Direção Regional dos Assuntos Europeus.

- Curso “Seminário de Alta Direção”, realizado de 14 a 18 de novembro de 2005 (40 horas), organizado pela DRAPL e INA.
- Curso “Coaching para a Liderança e Desenvolvimento de Pessoas e Equipas”, realizado nos dias 19 a 23 de julho de 2010 (30 horas).

Outras atividades e responsabilidades:

- Membro Honorário da Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ), desde 28 de março de 2011.
- Possui o Certificado de Aptidão de Formador, reconhecido pelo Sistema Nacional de Certificação Profissional e cuja entidade certificadora competente na RAM é a Direção Regional de Formação Profissional.
- Foi membro do Núcleo Regional da Ordem dos Economistas.
- Vogal efetivo do Secretariado Regional da Delegação Regional da Ordem dos Economistas.
- Sócia da APOTEC - Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade com o n.º 12330. Sendo desde 15 de janeiro de 2014, primeiro secretário da Assembleia Geral.
- Membro do Clube dos Dirigentes da Qualidade, pertencente à Associação Portuguesa para a Qualidade.

Missões relevantes:

- Constituição do Conselho Regional da Qualidade, sendo este um órgão de consulta do Governo Regional, intervindo na RAM no âmbito da Qualidade. Organização das atividades inerentes à sua constituição, coordenação e moderação das reuniões plenárias realizadas. Apresentação da proposta para a elaboração da Estratégia para a Qualidade na RAM, acompanhamento do processo de elaboração da mesma, bem como da sua implementação. Ao nível da qualidade desenvolveu diligências, para a candidatura da Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia aos reconhecimentos “E-Government” e “Committed to Excellence”. Obteve esta o Prémio Europeu da EFQM para a Administração Local e Regional, em Outubro de 2004. Sendo a primeira entidade a nível do nosso país, a obter este reconhecimento. Posteriormente, em 2007, este reconhecimento foi revalidado.
- Coordenação de vários grupos de trabalho, destacando-se o Grupo Consultivo, constituído no sentido de disciplinar a exploração de pedreiras para exploração de inertes na Madeira, bem como estudar as suas potencialidades; o Grupo de Trabalho que desenvolveu um estudo referente às Potencialidades da Ilha de Porto Santo para a Produção de Rochas Industriais; bem como ao nível da realização de estudos referentes ao impacto da legislação das unidades comerciais de dimensão relevante na RAM; ao nível do processo de elaboração da legislação referente às grandes superfícies; ao nível da área dos transportes coordenou a fase final de elaboração do Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da RAM em 2015, tendo acompanhado a revisão do presente Plano em 2022, bem como coordenou a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da RAM (PAMUS).
- Presidiu às Comissões:
 - de Acompanhamento do Estudo do Comércio Tradicional na RAM, elaborado pela ADERAM;
 - de análise, tendo em vista a elaboração de um estudo referente à Internacionalização da Economia da RAM.
- Dinamização das seguintes ações:
 - de divulgação do SIEST - Sistema de Incentivos à Energia Solar Térmica no Sector Residencial, na Madeira e no Porto Santo (SIEST vigorou de 2002 a 2006).
 - apoio na dinamização do comércio em contexto urbano, nomeadamente através da sua participação na Expo Natal, Campanha da Páscoa e Mercado de Oportunidades.
 - PRIME-RAM - Sistema de Apoio à Aquisição de Viaturas Elétricas (2019 a 2023).
 - PRIAV-RAM - Programa de Incentivo ao Abate de Veículos na RAM (2021 e 2023).
 - PRIPAER-RAM - Incentivo à Produção e Armazenamento de energia - fontes renováveis; Recuperadores de Calor e Salamandras (2021 a 2023).

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS

Aviso n.º 42/2024

Sumário:

Abertura de procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão do Ambiente e Investigação, da Direção Regional dos Assuntos Europeus.

Texto:

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64-A/2008, de 31 de dezembro; 3 B/2010, de 28 de abril; 64/2011, de 22 de dezembro; 68/2013, de 29 de agosto, e, 128/2015, de 3 de setembro, e adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho, e 27/2016/M, de 6 de julho, torna-se público que, por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, de 19 de janeiro de 2024, se encontra aberto procedimento concursal destinado ao preenchimento de um lugar de cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Direção Regional dos Assuntos Europeus.

- a) Cargo dirigente a prover: Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau da Divisão do Ambiente e Investigação, previsto no artigo 3.º do Despacho n.º 138/2021, de 16 de abril, alterado pelo Despacho n.º 231/2023, de 12 de julho.
- b) Área de atuação: As constantes do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e as competências previstas no artigo 3.º do Despacho n.º 138/2021, de 16 de abril, alterado pelo Despacho n.º 231/2023, de 12 de julho.

- c) Área de recrutamento e requisitos legais de provimento: Licenciatura e os constantes do n.º 1 do art.º 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, a saber:
- Ser trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado;
 - Possuir 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível licenciatura.
- d) Perfil pretendido:
- Experiência na área de atribuições da Divisão do Ambiente e Investigação, previsto no artigo 3.º do Despacho n.º 138/2021, de 16 de abril, alterado pelo Despacho n.º 231/2023, de 12 de julho.
 - Boa capacidade de coordenação e liderança;
 - Orientação para a mudança;
 - Capacidade de planeamento e orientação;
 - Sentido crítico;
 - Representação institucional (capacidade para representar a organização em grupos de trabalho, reuniões ou eventos).
1. Apresentação de candidatura: A candidatura ao presente procedimento concursal é apresentada no prazo máximo de dez dias contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso, através de requerimento dirigido ao Secretário Regional das Finanças.
2. Documentos a juntar ao requerimento:
- 2.1. O requerimento de admissão ao procedimento concursal deve ser acompanhado da seguinte documentação, sendo que a falta de qualquer elemento determinará a exclusão:
- Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
 - Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
 - Documento comprovativo dos requisitos previstos n.º 1 do artigo 3.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, aditado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/M, de 14 de julho, e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, a saber, declaração emitida pelo órgão, serviço ou entidade onde o trabalhador exerce funções, onde conste a natureza do vínculo de emprego público por tempo indeterminado, data da sua constituição e cargo, carreira ou categoria e atividade que executa, com indicação do tempo de serviço prestado na área de licenciatura.
- 2.2. Os candidatos devem ainda juntar:
- Documentos comprovativos das ações de formação profissional em que participou, se for o caso;
 - Documentos comprovativos da experiência profissional e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo.
3. Procedimento concursal:
- Métodos de seleção: O método de seleção a utilizar no presente procedimento é a Entrevista Pública (EP).
 - Júri do procedimento concursal:

Presidente:

- Dra. Maria Fernanda Dias Cardoso, Diretora Regional dos Assuntos Europeus, da Secretaria Regional das Finanças.

Vogais:

- Dra. Ana Paula Sousa Brazão, Diretora de Serviços do Gabinete de Recursos Humanos do Gabinete da Secretaria Regional das Finanças, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.
- Dra. Ana Margarida T.F.B.P.M. Neto, Diretora de Serviços dos Assuntos Jurídicos, Institucionais e Externos, da Direção Regional dos Assuntos Europeus, da Secretaria Regional das Finanças.

Vogais suplentes:

- Dr. António Sérgio Correia Mendonça, Diretor de Serviços das Políticas da União Europeia e dos Assuntos da Ultraperiferia, da Direção Regional dos Assuntos Europeus, da Secretaria Regional das Finanças.
- Dra. Sofia Paula da Mata Teles Pereira Mendonça, Chefe de Divisão dos Auxílios de Estado e Transportes, da Direção Regional dos Assuntos Europeus, da Secretaria Regional das Finanças.

Secretaria Regional das Finanças, 26 de janeiro de 2024.

A CHEFE DO GABINETE, Ana Maria Soares de Freitas